

-----**ACTA NÚMERO 31/2007**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM TREZE DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E
SETE.**-----

-----Aos treze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Dr. Carlos João Pereira, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Arqt. Luis Miguel Vilhena de Carvalho, Eng. Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Dr. Miguel Duarte Alves Freitas, Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Dr. Rui Ricardo Gomes Vieira, reuniu, pelas dez horas, a Câmara Municipal, secretariada por Ilidio Américo da Silva, Director do Departamento de Concursos e Notariado.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estar presente o Senhor Presidente Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque, considerando-se justificada a respectiva falta.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por

unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - O Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira iniciou este período, esclarecendo que as obras que se vão realizar na Rua do Carmo, integradas nos projectos do Urbcom, de que a Câmara é parceira, serão em plataforma única entre os passeios e Rua (faixa de rodagem) para que fiquem ao mesmo nível, referindo que, esses trabalhos iriam começar já na próxima Segunda-Feira. Mostrou preocupação com o facto dos comerciantes da zona envolvida estarem reticentes com as obras, temendo que durante esses dois meses a mesma se torne num estado caótico.---

-----Continuando, disse que serão tomadas as medidas de segurança adequadas e as restrições serão apenas as estritamente necessárias, pedindo a todos os Vereadores que contribuíssem para a informação e explicação do que será executado, especialmente da duração de execução da referida obra, prevista para um prazo de dois meses, e do cuidado que teremos de forma a facilitar tudo o que for possível, desde que salvaguardada a segurança.-----

----- - Usando da palavra, o Sr. Vereador do PS, Carlos Pereira, disse compreender as preocupações dos comerciantes quando estamos perto do Natal, e o que isso representa em termos comerciais. Bom seria um plano de obras para minimizar esses efeitos. Não havendo essa possibilidade de adiamento, deve ser minimizado o impacto nos interesses dos mesmos.-----

----- - O Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, afirmou que, as

candidaturas dos comerciantes decorreram no ano passado e só com o orçamento deste ano é que puderam ser lançados os respectivos concursos, pelo que a execução das obras só agora pode ter lugar e que deverão estar completamente executadas este ano.-----

----- - Dada a palavra ao Sr. Vereador Luis Vilhena, do PS, este solicitou todas as actas em que estão deliberações e/ou referências ao processo do Hotel CS.-----

----- - Interveio o Sr. Vereador João Rodrigues, para justificar a alteração à propriedade horizontal do prédio sito á Rua da Alegria.-

URBANISMO:-----

----- - **Propriedade Horizontal – alteração:** - Foi unanimemente deliberado, deferir a alteração à licença de utilização número setenta/dois mil e seis e conseqüentemente à propriedade horizontal, referente ao edificio sito à Rua da Alegria, freguesia de São Pedro, devendo ser efectuada alteração à escritura e emissão de nova licença de utilização, conforme solicitado pela Somague, Engenharia, S.A. e Parques da Alegria – Gestão e Exploração de Parques de Estacionamento, Limitada (procº 11635/07), co-proprietários do prédio.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequênciã nela prevista:-----

1 – URBANISMO:-----

----- **1.1 – Loteamento:** - A Câmara deliberou, com abstenção dos

Vereadores do PS e CDU, aprovar o projecto de subdivisão do lote número dois do alvará de loteamento número quarenta e quatro/setenta e oito, do terreno localizado à Travessa do Galeão – Beco da Escola, freguesia de São Roque, apresentado por Isabel Carvalho Spínola e outro (procº 26924/07).-----

----- **1.2 – Obras Particulares**: - Foi deliberado por unanimidade, aprovar o projecto de remodelação das instalações da Old Blandy Wine Lodges “Adegas de S. Francisco”, situadas à Avenida Arriaga, apresentado por Madeira Wine Company, S.A. (procº 27796/07), nos termos dos pareceres constantes do respectivo processo.-----

----- - A Câmara deliberou, por maioria, com votos contra dos Vereadores do PS e abstenção do Vereador da CDU, aprovar o projecto referente à obra rodoviária da “Nova Ligação Vasco Gil/Fundoa à Cota 500”, apresentado por RAMEDIM – Estradas da Madeira, S.A. (procº 13408/07).-----

----- **Declaração de Voto da CDU**: “Por necessitar de aprofundar o estudo do projecto apresentado e se estarão efectivamente garantidos os acessos das populações, a CDU abstêm-se”.-----

-----Antes de passar à análise, discussão e votação do processo referente às alterações apresentadas por HERSAL referente ao Hotel CS, o Sr. Vereador do Pelouro, João Rodrigues, fez um historial do mesmo, vincando que a questão principal tem a ver com a forma jurídica relativa à utilização das áreas a ceder.-----

-----Defendeu ainda, que com este licenciamento, será cedida ao município a referida faixa dos nove metros, não havendo aumento

de áreas nem de lojas, mas apenas a ocupação em subsolo na área da faixa.-----

----- - Sobre este processo, o Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, disse que era uma realidade o deficitário estacionamento na zona envolvente e o facto de não haver terrenos que permitam a construção de parques de estacionamento. Os previstos cento e oitenta (180) lugares são bastantes importantes atendendo ao rácio do hotel. Por outro lado, se fosse entregue o espaço ao município sem mais, todo o arranjo urbanístico seria feito pela Câmara a seu custo.-----

----- - No seguimento da discussão o Sr. Vereador do PS, Luis Vilhena, referiu, que era lamentável a maneira como foi gerido pela Câmara todo este processo, onde é notório a forma como a Câmara andou a reboque do promotor e ainda a atitude da mesma, que apesar de alertada, para o facto das obras estarem a decorrer em inconformidade com o projecto aprovado em Setembro de dois mil e seis (2006), não ter repostado a legalidade, fazendo parar as obras como devia.-----

-----Quanto ao interesse público do parque de estacionamento, se a Câmara achava tão relevante porque não o exigiu na altura da aprovação do projecto inicial. E qual será a sua posição nos projectos que venham a ser apresentados nessa zona, como por exemplo o terreno que está ao lado do Clube de Turismo, se o promotor pretender fazer o mesmo, será que a Câmara terá a mesma postura, concluiu.-----

-

----- - O Sr. Vereador João Rodrigues, respondeu que, o terreno referido é diferente, muito mais pequeno e na confrontação da frente de estrada é em curva.-----

----- - O Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, interveio de novo, dizendo que se em concreto se verificar as mesmas condições e circunstâncias em que o interesse público leve à mesma decisão, a atitude da Câmara será em principio a mesma.-----

----- - O Sr. Vereador do PS, Carlos Pereira, e sobre o processo em apreço, fez a seguinte intervenção:-----

---“Este processo nunca deveria estar nem ser apresentado como tem sido. Aprovou-se em Maio um projecto que era uma melhoria para a zona, tendo mais passeios. Esse projecto deveria ter poucas barreiras para permitir acessibilidades. Também perguntámos se o projecto excedia o índice de construção do terreno tendo sido dito que não. Na informação do Eng. Luis Febrer parece que afinal aumentou e o ultrapassou. Ora, se quando perguntamos dizem que não, e depois constatamos que não é correcta essa informação, parece-nos que não podemos confiar e teremos que ver todos os processos ao pormenor. Por outro lado, essa aprovação que fizemos começou logo a não ser cumprida. Deveria ter sido parada a obra, o que até hoje ainda não foi feito. Durante todo este tempo nada foi feito e agora fala-se em interesse público. Pelo meio entraram protocolos, revisões e nada se fez. Hoje, estamos aqui, para resolver um problema que só existe porque foi mal gerido pela Câmara. Ao contrário do que se disse, não estamos para resolver

um problema jurídico mas o comportamento da Câmara neste processo. Quanto ao protocolo, considero ser um precedente perigoso e grave para o futuro. Aliás, nem está claro que aquela zona irá ter um parque de estacionamento público, não está garantido que receitas a Câmara terá e não se sabe quantos lugares de estacionamento estarão disponíveis, além de que o prazo de concessão é demasiado longo”.

----- - Intervindo, o Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, disse que, a verdade é que aquela zona não tem estacionamento público, excepto uns vinte lugares na Travessa do Valente sendo tudo o mais privado. Se considerarmos os rácios de cinco quartos, um estacionamento do hotel teremos mais de metade do estacionamento afecto ao público.

---Quanto à questão da construção emergente, o que está, é o que foi aprovado em Setembro de dois mil e seis.

----- - Prosseguindo no uso da palavra, o Sr. Vereador Luis Vilhena, do PS, referiu, que este é o terceiro projecto que entrou na Câmara, e que, não se aperceberam na altura que os índices excediam, até porque já estavam esgotados.

----- - O Sr. Vereador João Rodrigues, do PSD, a este propósito, esclareceu que, este processo de alinhamento já vem desde mil novecentos e noventa e nove. Seria a Câmara a fazê-lo, e representava um custo considerável. Quanto ao índice, a construção na faixa dos nove metros não pode contar para o mesmo, por ser área pública.

----- - Usando da palavra, e sobre o processo em questão, o Sr. Vereador da CDU, Artur Andrade, disse:-----

---“A construção na Orla Marítima envolve também o Governo Regional neste processo. O projecto agora em discussão não permite, da minha parte, aprovação sem o contrato de concessão. Devem ser conjuntas as aprovações. Temos que saber quais as contrapartidas de um protocolo que vamos aprovar. Precisamos saber como será o acesso quando a Câmara for proprietária do parque, uma vez que o acesso está em terreno privado. Haverá servidão de passagem? Que contrapartidas serão as da Câmara? Haverá lugares mínimos para estacionamento público? Nada está garantido nem estabelecido. O projecto apresentado em Julho teve em consideração as questões, algumas, levantadas pelo Vereador Luis Vilhena e isso foi positivo, reconhece. Do ponto de vista urbanístico não haveria alterações substanciais e seria uma aprovação pacífica. Esta obra criou a convicção de outros interesses, o continuar obras contra deliberações camarárias, o permitir o abuso do promotor que faz, edifica, sem consideração para com a entidade administrativa competente. Se a Câmara emitisse as contra-ordenações não estaríamos nesta situação. Ao omitir-se das suas obrigações também terá que assumir as consequências, concluiu”.-----

-----Colocado à votação, a Câmara deliberou, aprovar, com votos contra dos Vereadores do PS e CDU, nos termos da informação da Divisão de Gestão Urbanística II (Arqt. Febrer – datada de

07/09/12), o projecto de alterações apresentado por HERSAL – Investimentos Turísticos, S.A. (procº 40715/07), referente á construção dum Centro de Congressos e estacionamento, a levar a efeito no Hotel CS Madeira – Atlantic Resort Sea Spa, localizado na Estrada Monumental, cento e setenta e cinco/cento e setenta e sete, freguesia de São Martinho.-----

-----O Sr. Vereador do CDS/PP, Ricardo Vieira, não participou na discussão e votação desta deliberação.-----

2 – PESSOAL:-----

-----**2.1 – Processo de Inquérito:** - Foi deliberado, por unanimidade, arquivar o processo de inquérito (nº 05/2007) relacionado com a participação efectuada pela Divisão de Manutenção e Reparação do Departamento de Parque de Máquinas e Viaturas, sobre ocorrência no Edifício dos Viveiros.-----

-----O Sr. Vereador da CDU, Artur Andrade, declarou-se impedido de discutir e votar o assunto do ponto seguinte “*Processos disciplinares*”.-----

-----**2.2 – Processos Disciplinares:** - Em presença dos processos disciplinares instaurados aos funcionários abaixo identificados, a Câmara, mediante escrutínio secreto, deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos dos respectivos relatórios finais, aplicar as penas como para cada um se indica:-----

----- - Eulália Vieira dos Santos, Jardineira a exercer funções na Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios (procº 14/2007): - Aplique-se a pena de quarenta (40) dias de suspensão.-----

----- - José Francisco Nóbrega Chicharo, Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais a exercer funções no Departamento de Parque de Máquinas e Viaturas (procº 15/2007): - Aplique-se a pena de repreensão escrita.-----

----- - José Luis Freitas Paixão, Motorista de Ligeiros a exercer funções no Departamento de Parque de Máquinas e Viaturas (procº 16/2007): - Aplique-se a pena de multa no valor de € 190 (cento e noventa euros) a pagar em três (3) prestações.-----

3 - DIVERSOS:-----

----- - **Associação “Teatro Experimental do Funchal (T.E.F.)” – Declaração de Utilidade Pública:** - Face ao pedido formulado pela Associação “Teatro Experimental do Funchal (T.E.F.)” (regº 38584/07), a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à atribuição do Estatuto de Pessoa Colectiva de Mera Utilidade Pública da requerente, atendendo a que, conforme parecer do Departamento Jurídico (refª 227/DJ/2007) a mesma reúne os requisitos necessários à atribuição daqueles Estatutos.---

----- - **Integração da Câmara Municipal do Funchal na ADERAM – Agência de Desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira:** - Foi deliberado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de integração da Câmara Municipal do Funchal na ADERAM – Agência de Desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira, uma vez que esta entidade passou a exercer funções de Gestora de Unidade de Apoio e Acompanhamento ao Comércio (UAC), na

condição da mesma criar um grupo de trabalho no seu âmbito para a gestão deste processo, bem como propor, a revogação da deliberação da reunião de vinte sete/Abril/dois mil e sete, que autorizou a integração da Câmara Municipal do Funchal em Associação Privada sem fins lucrativos.-----

----- - Sobre este assunto, o Sr. Vereador do PS, Carlos Pereira, referiu, que esta proposta parece ser uma inversão ao inicialmente previsto, entendendo que seria mais correcto à ACIF liderar este processo, por estar no terreno e ter os associados, não tendo portanto, muita lógica não ser esta a liderar.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião pelas treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Director do Departamento de Concursos e Notariado, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

